



17	8500082-86.2019.8.06.0175	CRISTIANO SANCHES DE CARVALHO	01 s/ pernoite	-	272,04	272,04	347,16	619,20	Novembro/2019
18	8500297-16.2019.8.06.0158	ABRAAO TIAGO COSTA E MELO	01 s/ pernoite	-	272,04	272,04	90,70	362,74	Novembro/2019
19	8500680-82.2019.8.06.0064	JOSE COUTINHO TOMAZ FILHO	06 s/ pernoite	-	286,36	1.718,16	1.094,54	2.812,70	Setembro/2019 Outubro/2019 Novembro/2019 Dezembro/2019
<b>TOTAL</b>						<b>27.874,10</b>	<b>11.677,53</b>	<b>39.551,63</b>	

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 18 de Maio de 2020.

#### **PORTARIA Nº 899/2020**

Dispõe sobre aplicação da pena disciplinar de disponibilidade em desfavor de magistrado.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 280 da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994;

**CONSIDERANDO** a decisão do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará proferida nos autos do Processo Disciplinar nº 8501589-15.2017.8.06.0026, que resultou na aplicação da pena de disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, prevista no art. 6º da Resolução CNJ nº 135/2011, com efeitos a **partir de 15 de junho de 2020, pelo prazo de 02 (dois) anos;**

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Aplicar a pena de disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço ao magistrado EDUARDO GIBSON MARTINS, Juiz de Direito, matrícula nº 2236, de acordo com a sanção prevista no art. 6º, da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 135/2011, **ATRIBUINDO-LHE** os vencimentos mensais no valor R\$ 30.320,19 (trinta mil, trezentos e vinte reais e dezenove centavos), correspondentes a 90% (noventa por cento) do valor do subsídio alusivo ao cargo de Juiz de Entrância Final, em conformidade com o artigo 276, §3º, inciso II e o artigo 278, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994.

**Parágrafo único.** O período em disponibilidade remunerada não será contabilizado para fins de aquisição de períodos de férias, nem o retorno do magistrado à judicatura servirá para fins de pagamento de ajuda de custo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, 07 de julho de 2020.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

#### **PORTARIA Nº 904/2020**

*Atualiza o portfólio de iniciativas estratégicas da Gestão 2019-2021 e designa os responsáveis por sua execução.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 232/2019, que estabelece o portfólio de iniciativas estratégicas da Gestão 2019-2021 e versa sobre a priorização de recursos na execução das ações e projetos estratégicos a partir de critérios de hierarquização pela contribuição estratégica;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter o portfólio alinhado às diretrizes da Gestão;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Atualizar o portfólio de iniciativas estratégicas da Gestão 2019-2021, conforme priorização estratégica constante no Anexo I desta Portaria.

**Art. 2º** Estabelecer que os projetos e ações listados no Anexo II desta portaria sejam gerenciados de modo coordenado no âmbito do programa Celeridade.

**Art. 3º** Estabelecer que as ações listadas no Anexo III desta portaria sejam gerenciadas de modo coordenado no âmbito do programa Simplifica.

**Art. 4º** Estabelecer que os projetos e ações listados no Anexo IV desta portaria sejam gerenciados de modo coordenado no âmbito do programa Unificação do Sistema Judicial.

**Art. 5º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1816/2019.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 03 de julho de 2020.

**Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará